

Os Programas Governamentais para o Desenvolvimento do Turismo, Incluindo o Turismo Ecológico

por Sílvia Maria Caldeira Paiva

I – Introdução

O turismo é um setor que tem suscitado atenção redobrada dos parlamentares, dado seu potencial de geração de emprego e renda no País. Esse trabalho, feito a pedido do Senador Ademir Andrade, apresenta, na seção II, os Programas Institucionais do Governo; na seção III, os investimentos realizados no período 1995 a 2000; na seção IV, o orçamento do Governo Federal para 2001, relativo às ações voltadas para o desenvolvimento do turismo no Brasil; na seção V, a situação atual do turismo e o potencial turístico brasileiro; e na seção VI, o ecoturismo e o seu potencial no Brasil.

II – Programas Institucionais do Governo

Os principais programas do Governo voltados para o turismo são: FUNGETUR – Fundo Geral de Turismo; Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT; Programa de Ação para o Desenvolvimento Integrado do Turismo – PRODETUR; Roteiro de Informações Turísticas – RINTUR; Programa Iniciação Escolar; Programa Nacional de Desenvolvimento da Pesca Amadora – PNDA; Melhor Idade; Ecoturismo; e Turismo Náutico.

a) FUNGETUR: é um fundo criado pelo Decreto-Lei nº 1.191, de 27 de outubro de 1971, que objetiva a concessão de crédito para implantação, melhoria, conservação e manutenção de empreendimentos turísticos.

Os beneficiários são as empresas constituídas no Brasil e cadastradas na EMBRATUR que se dediquem à atividade turística e os órgãos da administração direta ou indireta de governos dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios, cujos empreendimentos, obras e serviços sejam considerados de interesse turístico.

O fundo financia estudos e projetos e capital fixo de empreendimentos turísticos, com juros de 6% ao ano, para pequenas e médias empresas, e 8% ao ano para as demais, sendo a atualização de acordo com a variação da Taxa Referencial (TR).

O Fundo Geral de Turismo (FUNGETUR) há muito tempo não recebe repasses de recursos do Orçamento Geral da União, contando somente com o retorno de suas aplicações. O orçamento do FUNGETUR para o ano 2001 é de apenas R\$ 9,0 milhões e vem decrescendo ano a ano. Pior, ainda, o fundo esse ano está inoperante, por não ter agente financeiro para gerenciá-lo. Cabe lembrar que, no passado, o fundo foi o responsável pelo financiamento de boa parte da atual infra-estrutura turística existente no País.

b) PNMT: é um programa desenvolvido e coordenado pela EMBRATUR, que tem como propósito descentralizar a gestão da atividade turística e fomentar o desenvolvimento turístico sustentável dos municípios. Objetiva implementar um novo modelo, simplificado e uniformizado, de gestão da atividade turística, de forma conjunta com estados e municípios, buscando maior eficiência e eficácia na administração da atividade turística, de forma participativa e descentralizada.

As principais ações estratégicas do programa são: promover o fortalecimento das relações entre órgãos públicos, federais, estaduais e municipais, com a iniciativa privada dos municípios envolvidos para a expansão e melhoria da infra-estrutura básica, buscando parcerias para investimentos na região; incentivar o intercâmbio com entidades nacionais e internacionais criando eventos para os municípios, no sentido de minimizar o efeito da sazonalidade; contribuir para a formação e capacitação dos profissionais que prestam serviços para o turismo; incentivar as atividades do Conselho Municipal de Turismo para viabilização de novos projetos.

O PNMT considera que 1.680 municípios brasileiros têm potencial turístico. Dos municípios envolvidos no programa, 672 estão engajados e já criaram legislação e programas voltados à melhoria da limpeza pública, dentro das metas do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade e da Campanha “Onde tem lixo não tem turista”. O programa já treinou 3.780 monitores locais.

c) PRODETUR: Programa de desenvolvimento turístico regional, estruturado e concebido pelos governos federal e estaduais, para financiar a implantação de infra-estrutura de suporte ao turismo, propiciando e incentivando investimentos da iniciativa privada para implantação de equipamentos turísticos. É a primeira experiência no campo de desenvolvimento turístico regional a ser implementada no País, com financiamento externo.

O PRODETUR compreende quatro programas: PRODETUR Nordeste – Praia, Sol, Entretenimento e Lazer; PRODETUR Amazônia e Centro-Oeste – Ecoturismo; PRODETUR SUL – MERCOSUL; PRODETUR Sudeste, com enfoque individualizado sobre Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo. O PRODETUR/NE foi o primeiro a ser implantado, enquanto os demais programas encontram-se ainda em processo de planejamento.

d) RINTUR: Processo de identificação de municípios prioritários para o desenvolvimento do turismo, através do formulário RINTUR – Roteiro de Informações Turísticas – Atualização Básica Anual: instrumento de pesquisa que possibilita a coleta de informações dos municípios, para análise e avaliação dos dados prestados no formulário. No curto prazo, o objetivo é priorizar municípios para fins de alocação estratégica de recursos públicos no financiamento de empreendimentos turísticos; a médio e longo prazos, nortear as atividades de planejamento, voltadas ao desenvolvimento turístico municipal.

e) Iniciação Escolar: visa conscientizar os alunos de 6ª a 8ª série sobre a importância sócio-econômica do turismo enquanto fator gerador de emprego e renda. Com esse programa, pretende-se motivar os jovens a optarem por profissões no setor de turismo, capacitar e utilizar os estudantes como agentes multiplicadores dentro da sociedade, sensibilizar os jovens para a proteção do patrimônio natural e cultural de nosso país, induzir o respeito ao turista e ressaltar a contribuição do turismo para a fixação do homem em seu local de origem.

Segundo a Embratur, desde a sua implantação inicial, no ano de 1995, o Programa Iniciação Escolar já atingiu uma marca superior a 80 mil estudantes treinados e 3 mil professores envolvidos na aplicação do programa, em todo o Brasil.

f) PNDPA – Pesca Amadora: tem como finalidade transformar a pesca amadora em um instrumento de desenvolvimento social, econômico e de conservação ambiental, beneficiando de forma direta as populações ribeirinhas e costeiras.

Algumas ações do programa:

- regulamentação da pesca amadora, através do estímulo para que os estados e municípios elaborem, compatibilizem e divulguem suas leis e portarias sobre a pesca;
- licença de pesca amadora: estimula o porte da licença de pesca amadora, instrumento indispensável para controle e organização da atividade no Brasil;
- fiscalização da pesca, com o apoio às ações de fiscalização ambiental;
- educação ambiental;
- pesquisa feita com base na marcação de peixes feita por pescadores amadores;
- identificação de novos locais de pesca;
- treinamento e capacitação de guias de pesca amadora;
- promoção da atividade de pesca amadora;
- divulgação do Brasil no exterior.

g) Melhor idade: o programa objetiva melhorar o aproveitamento da oferta de equipamentos e serviços turísticos nas baixas temporadas (março a junho e agosto a dezembro), atuando junto aos brasileiros com mais de 50 anos. Uma das principais ações do programa é a congregação e filiação de clubes da melhor idade nos Estados.

Em 1995, foi criada a Associação Brasileira dos Clubes da Melhor Idade Nacional (ABCMI –Nacional). Entre 1995 e 1997, foram criadas mais quatro regionais: ABCMI –Norte, ABCMI-Nordeste, ABCMI-Sudeste e ABCMI-Sul. Além disso, foram criadas e estão em pleno funcionamento associações estaduais na maior parte dos estados.

h) Ecoturismo: tem por finalidade aproveitar as potencialidades naturais de cada região, com vistas ao seu desenvolvimento, de forma a compatibilizar as atividades de ecoturismo com a conservação do meio ambiente.

O programa Nacional de Ecoturismo foi lançado em 1995 e iniciou sua atuação com a formação de um Grupo Técnico de Coordenação – GTC – Amazônia,

responsável pela implantação de um projeto – piloto da Amazônia Legal, compreendida pelos Estados de Amazonas, Acre, Amapá, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins, Maranhão e Mato Grosso. Foram definidos 9 pólos de ecoturismo, um em cada estado. Estes pólos serão implementados através de programa de financiamento do BID, o PROECOTUR, em fase inicial. Na área de formação e capacitação de recursos humanos foram realizadas oficinas e *workshops* em quase todos os estados brasileiros resultando na qualificação de cerca de 2000 pessoas para o planejamento e gestão de empreendimentos ecoturísticos, além de diversos encontros e seminários que debateram e difundiram o programa. Foi também lançado o “Manual Índigena de Ecoturismo” realizado pelo GTC-Amazônia e Ministério do Meio Ambiente/Secretaria de Coordenação da Amazônia. Em outras regiões do País foram apoiados projetos ecoturísticos específicos, destacando-se:

- . Agenda de Ecoturismo do Vale do Ribeira, implementado pela Fundação Florestal do Estado de São Paulo;
- . Pólo Ecoturístico do Sertão Central do Ceará, implementado pela Secretaria de Turismo do Ceará;
- . Capacitação de técnicos do Parque Nacional da Serra da Capivara, executado pela Fundação Museu do Homem Americano;
- . Pólo Ecoturístico do Lagamar, implementado pela Fundação SOS –Mata Atlântica.

i) Turismo Náutico: é um conjunto de projetos, que tem como propósito o aproveitamento turístico dos 7.480 km de nosso litoral, 32.550 KM de vias navegáveis internas, além de nossas represas hidroelétricas.

Os principais objetivos do programa são: definir pontos de apoio ao longo do litoral brasileiro e vias aquaviárias do interior, de modo a torná-los frequentados com segurança e comodidade; harmonizar as atividades de todos os órgãos públicos e privados envolvidos no tráfego aquaviário; desenvolver as atividades turísticas náuticas; criar uma consciência náutica para o turismo brasileiro; consolidar a legislação pertinente; mensurar a atividade náutica atual; estabelecer uma política de marketing apropriada para lançamento e sustentação do produto “Cruise Brasil”.

Já foram implantadas as seguintes ações:

- mudança da Constituição Federal liberando a cabotagem para embarcações de turismo de bandeira estrangeira;

- criação de uma Comissão Interministerial para propor medidas de apoio ao Desenvolvimento de Cruzeiros Marítimos;
- realização do I Seminário Nacional de Cruzeiros Marítimos, organizado pela Embratur e ABAV Nacional;
- realização de Seminários e Encontros de Turismo Náutico, em Osório, Curitiba, Florianópolis, Belém e Curitiba;
- edição bilíngue do livro “Brazilian Tourist Ports”, com informações técnicas de navegação, atrativos turísticos e legislação dos principais portos brasileiros.

III – Investimentos realizados em 1995-2000:

Segundo documento da Embratur¹, no período 1995 a 2000, US\$ 670 milhões foram investidos em obras de infra-estrutura básica no PRODETUR Nordeste na 1ª fase do programa: construção e/ou ampliação de 8 aeroportos (Porto Seguro, Lençóis, Salvador, São Luís, Aracaju, Natal, Fortaleza, Recife), 29 trechos rodoviários totalizando 389 KM, 17 projetos de saneamento básico, beneficiando 362 mil habitantes, preservação de 5.335 hectares de meio ambiente, recuperação de 22.842 metros quadrados de patrimônio histórico, e estruturação e capacitação de 41 órgãos.

A partir de 2001, estão previstos o emprego de recursos da ordem de US\$ 670 milhões, provenientes do BID, do Governo Federal e dos Estados, para a 2ª fase do PRODETUR/NE. Também a partir desse ano, está prevista a destinação de US\$ 212 milhões em obras de infra-estrutura básica, na região da Amazônia Legal (BID, Governo Federal e Estados) e US\$ 400 milhões em obras de infra-estrutura básica, no Pantanal (recursos do BID e Governo Federal). Para o PRODETUR Sul está prevista a destinação de US\$ 465 milhões para os próximos três anos (BID, Governo Federal e Estados). Adicionalmente, prevê-se a destinação de US\$ 10 bilhões de recursos da União e dos Estados em obras de infra-estrutura. Do lado do setor privado, são previstos US\$ 6 bilhões de novos investimentos privados em novos projetos turísticos: 300 novos hotéis em construção, 140 mil empregos diretos, 420 mil empregos indiretos, 10 novos parques temáticos, centros de eventos, pousadas, flats, etc.

Especificamente com relação à Região Norte, o Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo da Amazônia Legal - PROECOTUR está em sua

¹ “A Indústria do turismo no Brasil antes e depois de Fernando Henrique Cardoso – 1994-2000”, janeiro de 2001.

primeira etapa, tendo sido liberado US\$ 11 milhões pelo BID em meados do ano passado. O dinheiro vai financiar a primeira etapa do projeto, que engloba pequenas obras em nove estados e o planejamento da segunda etapa². Em junho do ano passado foi assinado convênio de R\$ 900 mil do Governo Federal com o Governo do Pará, para obras na região de Santarém. O Banco da Amazônia também criou uma linha de crédito de R\$ 10 milhões para financiar empreendimentos privados. Os investimentos na primeira fase serão feitos na construção de pequenos cais fluviais e a instalação de postos de informação, além de medidas para proteger parques ecológicos. No caso das obras, 10% das despesas serão pagas pelos Estados – Acre, Amazonas, Rondônia, Roraima, Pará, Mato Grosso, Amapá, Tocantins e Maranhão.

Na segunda etapa, está prevista a liberação de empréstimo de US\$ 200 milhões do BID, recursos estes que servirão para a segunda etapa, que englobará a construção ou ampliação de aeroportos, estradas e melhoria das condições de saneamento, tratamento de lixo e geração de energia. O PROECOTUR está ainda em fase inicial de planejamento, dependendo de uma série de definições (onde serão empregados os recursos, quais as contrapartidas dos Estados, etc) para que se possa obter os referidos recursos do BID para sua fase de implantação.

Uma das preocupações do Ministério do Meio Ambiente é a escassez e pouca confiabilidade das informações disponíveis sobre ecoturismo na Amazônia. Segundo o coordenador-geral do PROECOTUR, estimativas oficiais indicam que 300 mil pessoas visitam a região a cada ano. No Pará são registrados 20 mil visitantes estrangeiros por ano, mas é preciso se ter números confiáveis para planejar a segunda etapa do programa. Outra questão apontada pelo coordenador é a necessidade de os hotéis da região desenvolverem sistemas de tratamento de esgoto e lixo adequados “ao padrão ecoturístico” e utilizarem fontes de energia solar, eólica ou de biomassa (transformação de resíduos orgânicos em energia elétrica).

IV – Orçamento para 2001

As tabelas anexas mostram o orçamento de 2001 da EMBRATUR e do Ministério de Esportes e Turismo - MET, relativo aos programas voltados para o turismo.

² “BID deve liberar US\$ 11 milhões para ecoturismo”, Estado de São Paulo, 11 de junho de 2000.

O Orçamento do MET proposto no Projeto de Lei Orçamentária enviado ao Congresso Nacional, para 2001, previa a aplicação de R\$ 87.965.217,00 em programas de turismo. Vale destacar que desse total, R\$ 60.000.000,00 (correspondentes a 68%) destinam-se à participação da União em projetos de infra-estrutura turística, no âmbito do PRODETUR Nordeste - Fase II.

A Lei orçamentária aprovada prevê a alocação pelo MET de R\$ 187.231.030,00 para os mesmos programas de turismo contidos no Projeto de Lei. O aumento se deveu, sobretudo, ao incremento das dotações relativas ao Programa de Municipalização do Turismo, que passou de uma dotação inicial de R\$ 5.000.000,00 para R\$ 79.010.000,00, com a inclusão, através de emendas de parlamentares, de diversas ações de promoção do turismo local em municípios específicos ou em municípios em geral. Pode-se prever que apenas uma pequena parte dos recursos previstos na Lei Orçamentária para o Programa de Municipalização será de fato liberada.

As Tabela II e III, relativas ao orçamento 2001 da Embratur, trazem os valores dos programas de turismo propostos no Projeto de Lei Orçamentária, os aprovados na Lei Orçamentária e os relativos aos limites impostos pelo contingenciamento do Governo Federal. O Projeto de Lei previa um orçamento de R\$ 39.797.485,00 para os projetos de turismo, que somados aos R\$ 4.376.665,00 destinados às atividades de turismo, totalizava R\$ 44.174.150,00. Os valores dos projetos foram inflados significativamente na lei orçamentária, passando para R\$ 124.168.009,00. A exemplo do que ocorreu no orçamento do MET, o aumento se deu em função das emendas de parlamentares na rubrica Promoção do Turismo Sustentável local em Municípios, que passou de R\$ 1.440.000,00 para R\$ 85.380.000,00. Fica claro que esse valor não será alcançado, uma vez que o Executivo cortou essa dotação, retornando para o patamar inicialmente estabelecido no Projeto de Lei.

V – Situação atual do Turismo e o Potencial Turístico brasileiro

Segundo dados da OMT e WTTC, em 1999, o turismo no mundo faturou US\$ 4,5 trilhões, arrecadou US\$ 792,4 bilhões em impostos, gerou 192 milhões de empregos, e propiciou um ingresso de divisas estrangeiros da ordem de US\$ 455,5 bilhões ³.

³ Dado citados em “A indústria do turismo no Brasil antes e depois de Fernando Henrique – 1994-2000”, janeiro de 2001.

De acordo com a Embratur, no Brasil, no mesmo ano, o turismo gerou uma renda de US\$ 31,9 bilhões, arrecadou US\$ 7 bilhões em impostos diretos e indiretos, gerou 6 milhões de empregos, propiciou um ingresso de divisas da ordem de US\$ 3,9 bilhões e gerou receitas diretas de US\$ 13,2 bilhões provenientes do turismo interno. O número de turistas estrangeiros que visitaram o País alcançou 5,1 milhões, enquanto foi registrado o fluxo de 38,2 milhões de turistas domésticos. A taxa de ocupação hoteleira, em 1999, foi de 59,3%.

As cidades mais visitadas, em 1999, por turistas estrangeiros foram: Rio de Janeiro (32,5%), Florianópolis (17,7%); São Paulo (13,7%), Salvador (12,7%), Foz do Iguaçu (11,8%), Recife (6,4%), Porto Alegre (6,0%). Em 1998, as cidades mais visitadas por turistas brasileiros foram: São Paulo (4,1%), Rio de Janeiro (3,5%), Fortaleza (2,5%), Recife (1,9%), Salvador (1,6%), Curitiba (1,6%), Porto Seguro (1,5%), Brasília (1,2%).

Há uma preocupação do Governo Federal, dos Estados e Municípios e da iniciativa privada de aumentar o fluxo turístico no Brasil e alcançar a meta de 63,5 milhões de turistas, entre domésticos e estrangeiros, até 2003. Para tanto, documento intitulado “Carta de Goiás”, elaborado pelo I Congresso da Atividade Turística, propõe a modernização dos portos, a ampliação da navegação turística, a construção e conservação de vias de acesso e o incentivo à concorrência entre as empresas aéreas comerciais e aos vôos *charters*, que representam hoje no Brasil apenas 7% do transporte de turistas (na Europa, esse percentual chega a 56%). Outra preocupação é com a qualidade do produto turístico, que deve ser trabalhada através de propostas que dêem identidade aos destinos, garantam a segurança do turista e a preservação do meio-ambiente ⁴. A Carta de Goiás também propõe a criação de uma diretoria específica no BNDES para o setor de turismo e melhores condições de negociação de financiamentos, com redução de taxas e prazos maiores para pagamento. A captação de fundos de origem internacional e o estabelecimento de incentivos fiscais para gerar investimentos e projetos turísticos são propostos para se aumentar os recursos para o setor.

Com base numa pesquisa da Organização Mundial do Turismo (OMT), que comprova que 80% das viagens feitas no mundo são de curta distância, o que equivale a uma média de cinco horas, a Embratur mudou recentemente a estratégia de

⁴ “Líderes do turismo entregam Carta de Goiás ao Presidente da República”, matéria do site da EMBRATUR.

marketing internacional para concentrar boa parte da verba de promoção do turismo no exterior nos países vizinhos do Mercosul. Além da proximidade geográfica, outros fatores mostram que os países do Mercosul são bons alvos para incrementar o turismo brasileiro. Com exceção do Paraguai, os demais países apresentam níveis de riqueza e bem-estar da população superiores aos brasileiros. Pesquisa feita pela Universidade de Brasília apontou que 60% dos paraguaios, 58% dos argentinos, 48% dos chilenos e 46% dos uruguaios já fizeram viagens internacionais de lazer mais de uma vez.

VI – O ecoturismo e o seu potencial no Brasil

O ecoturismo representa uma importante vertente da atividade de turismo. Segundo conceituação já consagrada na literatura⁵, o ecoturismo é “um segmento da atividade turística que utiliza de forma sustentável o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas”.

O ecoturismo é o segmento que mais tem se destacado em termos de turismo mundial. Desde o final dos anos 80, e de modo mais enfatizado nos anos 90, o ecoturismo vem ganhando campo em relação ao turismo tradicional. Mais importante ainda é que este tipo de turismo busca manter uma relação harmônica com a natureza de modo a não agredi-la, respeitando a cultura e as populações locais.

Um aspecto importante a ser considerado é que as bases econômicas do verdadeiro ecoturismo são antagônicas às do turismo de massa, orientado para maximizar receitas ao invés de maximizar resultados. A maximização de receitas, que implica atrair o maior número possível de turistas, com impactos negativos sobre os atrativos e destinos, não combina com o ecoturismo, em que a maximização dos resultados pode se dar em níveis baixos de visitação. Segundo o World Wildlife Fund –WWF, o turista motivado pela natureza gasta mais dinheiro na viagem que o turista

⁵ De acordo com o texto “Ecoportunismo”, divulgado pelo site <http://www.ecobrasil.org.br>, essa conceituação foi criada por Hector Ceballos, no início da década de 80, e adotada por um grupo multidisciplinar formado por representantes de entidades governamentais e não-governamentais, que em agosto de 1994, analisou e estabeleceu bases para orientar o programa brasileiro de ecoturismo.

tradicional, embora permaneça menos dias na área visitada. Esse acréscimo, em muitos casos, chega a US\$ 1 mil por turista ⁶.

Em julho de 1998, a Organização das Nações Unidas, tendo em vista os acordos⁷ firmados na Conferência Mundial das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92, e considerando o ecoturismo como uma alternativa sustentável e responsável de utilização dos recursos naturais e culturais do planeta, decidiu proclamar 2002 como o Ano Internacional do Ecoturismo. Isso dá uma amostra da importância do tema no debate internacional.

Já se sabe, por exemplo, que num mundo globalizado, os turistas dos países desenvolvidos estão buscando originalidade, isto é, as características próprias de cada país, suas riquezas naturais, a cultura e os costumes de seu povo. É nesse sentido que abre-se uma oportunidade para o local fazer frente ao global, principalmente através da revalorização da cultura e do patrimônio ecológico.

O Brasil tem um potencial extremamente promissor para o desenvolvimento do ecoturismo, dada sua dimensão continental, diversidade ambiental, patrimônio cultural e natural extremamente ricos. Para se ter uma idéia da riqueza ambiental brasileira, o País possui 34 parques nacionais, 23 reservas biológicas naturais e 14 áreas de proteção ambiental. O conjunto totaliza 31 milhões de hectares, correspondente a 37% da extensão total do País⁸. Esse é o cenário para o desenvolvimento do ecoturismo, entendido como aquele que concilia a exploração turística com o meio ambiente, harmonizando as ações com a natureza. Os parques nacionais, particularmente, constituem a área ideal para a prática do ecoturismo, mas apenas 20 deles foram considerados próprios para visitação pelo Ibama e muitos estão completamente abandonados.

No âmbito das potencialidades brasileiras em relação ao ecoturismo, sem dúvida nenhuma a Amazônia é a região de maior vocação para o desenvolvimento dessa atividade. Segundo estudo de Ayle Salassie⁹ estima-se a existência de 3,8 milhões de estrangeiros, dos quais 28% norte-americanos, aguardando as condições propícias para desembarcar na região nos próximos dez anos. Esse fluxo turístico

⁶ Dado citado em Cícero, Henrique, “Mato Grosso e o Turismo ambiental”, *Ecologia e Desenvolvimento*, vol. 2 nº 22, dez 1992.

⁷ Os acordos resultantes da Rio-92 foram: Agenda 21, Declaração do Rio, Declaração de Princípio sobre o Uso das Florestas; Convênio sobre a Diversidade Biológica; e Convenção sobre mudanças climáticas.

⁸ Henrique, Cícero, op. Cit.

representaria a entrada de US\$ 8 milhões em divisas, o que nos dá a dimensão da demanda reprimida existente com relação à Amazônia entre os turistas dos países ricos, que viajam freqüentemente para o exterior.

Segundo o estudo citado, o turismo na Amazônia cresce a uma taxa de 12 a 20% a cada ano, atraindo visitantes dos Estados Unidos, Alemanha, França, Inglaterra, Suíça e Japão, interessados pela flora, a fauna e exotismo da região. Apesar disso, a região como um todo recebe pouco mais de 150 mil turistas por ano, não chegando a 100 mil os visitantes da Amazônia brasileira. O autor considera que os países limítrofes ao Brasil na área já oferecem programas muito melhor articulados.

Porque então o potencial da Amazônia não está sendo alcançado na prática? O citado estudo aponta algumas pistas nesse sentido. Em primeiro lugar, como a política para o ecoturismo está dividida entre a Empresa Brasileira de Turismo (Embratur) e o Ministério do Meio Ambiente, não estão definidas de forma clara as competências e não há uma coordenação das ações entre esses dois órgãos, de forma a possibilitar um real crescimento do turismo ecológico no Brasil. Falta coragem, criatividade e vontade política para identificar e pôr em prática o modelo de desenvolvimento compatível com a vocação natural da Amazônia. Também é flagrante a ausência de uma articulação efetiva entre as autoridades dos países que compõem a Amazônia como um todo, bem como dos estados brasileiros envolvidos no projeto amazônico.

Aliado a isso, a infra-estrutura da região é altamente precária. Os aeroportos amazônicos são mal equipados, rodovias e ferrovias não existem e o transporte fluvial é totalmente obsoleto. As agências no exterior que comercializam o “produto” Amazônia também não confiam na classificação dos hotéis existentes na região. Há uma enorme variação na qualidade dos serviços oferecidos dentro de uma mesma categoria, seja hotel, restaurante ou agência de viagem.

Em outros locais do País, o abandono dos parques nacionais demonstra um descaso do poder público em relação a um ramo de turismo que em vários países tem dado uma contribuição elevada à economia, favorecido a educação ambiental e estimulado a conservação dos recursos naturais. Nota-se em toda a parte uma falta de planejamento, organização e acompanhamento das atividades relacionadas ao ecoturismo. Não há um trabalho mais eficaz de conscientização das populações a

⁹ Ayle –Salassie, “Turismo Ecológico na Amazônia”, in “Ecologia e Desenvolvimento”, vol 3, nº 37, mar 1994.

serem beneficiadas com esse tipo de turismo e dos próprios turistas em relação à preservação do meio ambiente.

Pode-se dizer que a atividade de ecoturismo no Brasil ainda encontra-se desordenada e desarticulada. Há iniciativas interessantes, como a Associação Brasileira de Ecoturismo – ECOBRASIL, entidade privada que visa disseminar a troca de informações, alavancar o desenvolvimento do turismo ecológico no País e defender os interesse de seus associados em nível nacional e internacional. No âmbito federal, o Programa Nacional de Municipalização do Turismo, atualmente em fase de implantação, que objetiva introduzir novos métodos de gestão e treinamento em 1680 municípios de interesse selecionados, poderá beneficiar os municípios com possibilidades de desenvolvimento do ecoturismo. O PROECOTUR, como já visto, está ainda em fase inicial de planejamento, dependendo de uma série de definições para que se possa obter os recursos do BID para sua fase de implantação.

Não obstante, as iniciativas são ainda tímidas e muito aquém das necessidades. Apesar da vocação natural do Brasil para o turismo, o País ainda não deu prioridade necessária a essa área. Tanto em nível federal, como estadual ou municipal há uma grande dificuldade em priorizar de fato o turismo. Apesar do discurso governamental preconizar a prioridade ao turismo, não existe qualquer benefício fiscal federal para o setor e, como já visto, o FUNGETUR atualmente está inoperante.

Em resumo, o ecoturismo no Brasil está longe de alcançar seu potencial, sendo indispensável o seu desenvolvimento para as regiões menos desenvolvidas do País, como o Norte e Nordeste. Para tanto, será necessária uma ação articulada entre os governos federal, estaduais e municipais, em consonância com a iniciativa privada, ONGs e entidades de classe ligadas ao turismo. Será preciso, sobretudo, que esses atores conheçam as especificidades do turismo ecológico e promovam o ecoturismo em bases sustentáveis.

Consultoria Legislativa, 25 de abril de 2001

Sílvia Maria Caldeira Paiva
Consultora